



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CAS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a participação de representante dos empregados na gestão da empresa e suas consequências.

Nos termos do artigo 5º, inciso II, alínea b e do artigo 9º, do ATC nº 1/2023 solicito que esta Audiência Pública seja realizada no formato semipresencial, com possibilidade de participação remota dos Senadores e Senadoras e dos convidados indicados.

JUSTIFICAÇÃO

O tema a ser discutido é de extrema importância para o desenvolvimento e para a manutenção do desenvolvimento socio-econômico do Brasil. Todavia, trata-se de um assunto delicado que deve ter um amplo debate a respeito.

A participação de um representante dos empregados na gestão da empresa gerará um custo adicional às companhias, haja vista a necessidade de pagar pelo tempo, trabalho e esforço dedicados pelo representante.

Além disso, haverá maior facilidade em existir eventuais conflitos de interesses. Logicamente, os empregadores tendem a defender as preferências da empresa, e o representante dos empregados as propensões dos trabalhadores e

colaboradores. Logo, cria maiores dificuldades para as tomadas céleres de decisões que sejam favoráveis para ambas as partes.

Ademais, além da dificuldade na tomada de decisão, essa representação de empregados torna o tempo de deliberação e resolução mais lento, pois estas serão discutidas e negociadas com a participação de um grupo maior de pessoas.

Vale ressaltar que existe uma dificuldade da implementação prática, principalmente em casos de empresas grandes ou empregados que possuam uma ampla disparidade de interesses.

Por fim, um representante de empregados precisa ter certo conhecimento necessário e experiência para a representação e negociação de interesses e para tomar decisões complexas sobre a gestão de uma empresa, o que feito de maneira errada, pode vir a causar prejuízos tanto para o empregador, quanto para os empregados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2023.

Senador Zequinha Marinho
(PL - PA)